

Imprensa, Graciliano Ramos e Instrução Pública em Alagoas sob o Governo Vargas (1933-1936)

The Press, Graciliano Ramos, and Public Education in Alagoas under the Vargas Administration (1933–1936)

La Prensa, Graciliano Ramos y la Educación Pública en Alagoas bajo el Gobierno de Vargas (1933-1936)

Ângela Maria dos Santos¹ , Fabiana Sena da Silva² 

¹ Rede Municipal de Ensino de Maceió, Maceió, Alagoas, Brasil.

² Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, Paraíba, Brasil.

Autor correspondente:

Fabiana Sena da Silva

Email: fabianasena@yahoo.com.br

Como citar: Santos, A. M., & Silva, F. S. (2025). Imprensa, Graciliano Ramos e Instrução Pública em Alagoas sob o Governo Vargas (1933-1936). *Revista Tempos e Espaços em Educação*, 18(37), e23547. <http://dx.doi.org/10.20952/revtee.v18i37.23547>

RESUMO

Este artigo analisa a instrução pública em Alagoas durante a administração de Graciliano Ramos como diretor entre 1933 a 1936, período em que o Estado foi administrado por dois interventores federais: Capitão Francisco Affonso de Carvalho e Osman Loureiro. As estratégias políticas adotadas por eles influenciaram diretamente a atuação de Graciliano Ramos, especialmente em um contexto de crescente articulação entre as esferas local e federal. Jornais como o *Jornal de Alagoas* (1933), o *Diário de Maceió* (1934), *O Semeador* (1934) e o *Diário de Pernambuco* (1933) foram mobilizados como parte de uma estratégia de aproximação com as camadas populares e de alinhamento com os ideais do governo Vargas. Ao abordar temas como alimentação escolar, infraestrutura e formação docente, o estudo contribui para a compreensão das interfaces entre instrução pública, poder e imprensa no contexto da centralização varguista, oferecendo uma leitura crítica das políticas educacionais e de suas implicações sociais, sobretudo para as camadas populares.

Palavras-chave: Centralização política. Educação. Nordeste. Periódico.

ABSTRACT

This article analyzes public education in Alagoas during the administration of Graciliano Ramos as director between 1933 and 1936, a period in which the state was administered by two federal intervenors: Captain Francisco Affonso de Carvalho and Osman Loureiro. The political strategies adopted by them directly influenced Graciliano Ramos' actions, especially in a context of growing coordination between the local and federal spheres. Newspapers such as the *Jornal de*

Alagoas (1933), *Diário de Maceió* (1934), *O Semeador* (1934), and *Diário de Pernambuco* (1933) were mobilized as part of a strategy to reach out to the popular classes and align with the ideals of the Vargas government. By addressing issues such as school meals, infrastructure, and teacher training, the study contributes to the understanding of the interfaces between public education, power, and the press in the context of Vargas' centralization, offering a critical reading of educational policies and their social implications, especially for the popular classes.

Keywords: Political centralization. Public education. Northeast. Newspaper.

RESUMEN

Este artículo analiza la educación pública en Alagoas durante la administración de Graciliano Ramos como director entre 1933 y 1936, período en el que el estado fue administrado por dos interventores federales: el capitán Francisco Affonso de Carvalho y Osman Loureiro. Las estrategias políticas adoptadas por ellos influyeron directamente en la actuación de Graciliano Ramos, especialmente en un contexto de creciente articulación entre las esferas local y federal. Periódicos como el *Jornal de Alagoas* (1933), el *Diário de Maceió* (1934), *O Semeador* (1934) y el *Diário de Pernambuco* (1933) se movilizaron como parte de una estrategia de acercamiento a las clases populares y de alineamiento con los ideales del gobierno de Vargas. Al abordar temas como la alimentación escolar, la infraestructura y la formación docente, el estudio contribuye a la comprensión de las interfaces entre la educación pública, el poder y la prensa en el contexto de la centralización varguista, ofreciendo una lectura crítica de las políticas educativas y sus implicaciones sociales, sobre todo para las clases populares.

Palabras clave: Centralización política. Educación pública. Nordeste. Periódico.

INTRODUÇÃO

Este texto trata da atuação de Graciliano Ramos – romancista e cronista (1892-1953) – no campo do político, em razão das suas redes de sociabilidade que permitiram o engajamento e a divulgação do seu nome no espaço sociopolítico impelido pelas circunstâncias da época. A partir das obras biográficas, jornais, registros memorialísticos e documentos da Diretoria de Instrução Pública de Alagoas (1933 a 1936), emergiu uma questão central: Como ocorreu a atuação de Graciliano Ramos como diretor da Instrução Pública de Alagoas entre 1933 e 1936, considerando suas políticas educacionais e administrativas na imprensa?

O desenvolvimento deste trabalho se concentra na ideia de que Graciliano Ramos, como funcionário público por nomeação, continuou sua trajetória intelectual ao ocupar cargos burocráticos em uma administração local que utilizava os jornais como meio de autopromoção. Dessa forma, acreditamos que a narrativa de progresso e desenvolvimento, construída para favorecer, por meio da Instrução Pública, o governo estadual ao qual Graciliano Ramos estava vinculado, desempenhava um papel central nas agendas políticas partidárias.

No contexto da autopromoção mediante a imprensa, observamos que intelectuais e políticos frequentemente utilizavam este veículo para divulgar suas ideias e obras literárias. Ao considerar o jornal como um instrumento de moldar a opinião pública, compreende-se que um governo que se apropria desse instrumento exerce um controle simbólico sobre o imaginário coletivo. Por meio da linguagem política veiculada nas páginas dos jornais, o Estado amplia a visibilidade de suas ações e reforça sua autoridade como agente legislador, gestor e regulador do espaço público. Graciliano Ramos não foi exceção – ele também empregou essa estratégia, tanto para promover seus próprios textos quanto para destacar suas realizações em cargos administrativos. Essa prática é evidenciada em fontes que mostram como seus antecessores utilizavam estatísticas, para comparar a eficiência de seu trabalho bem como para se alinharem às agendas do governador ou de um interventor em exercício. A esse respeito, Miceli (2016, p. 150-151) argumenta que Graciliano Ramos teve acesso a cargos públicos da seguinte forma:

O acesso a encargos públicos se deveu aos laços familiares com a oligarquia estadual, os quais encorajam, da parte do beneficiário, a aposta nas vantagens do envolvimento com os grupos dirigentes. Não me parece cabível caracterizar a gestão na prefeitura como ponto fora da curva, algo anedótico, encosto ocupacional, compasso de espera até se viabilizar como escritor. Por ora, a escrita era um desafogo, escape sem garantia, deriva análoga àquela que aflige os narradores de suas novelas.

Esse autor ainda reforça as relações políticas de Graciliano Ramos e as suas indicações aos cargos públicos:

Era o terceiro posto de confiança que estava cumprindo com o beneplácito da elite provincial, cumulando seis anos ininterruptos no exercício de cargos prestigiosos, **cabedal revelador** do conceito de que desfrutava o futuro escritor junto ao comando político. Lograra sobreviver à **mudança de regime**, passando do esteio senhorial às benesses do tenentismo (Miceli, 2016, p. 151, grifos nossos).

A trajetória política de Graciliano Ramos evidencia sua permanência e ascensão dentro da estrutura administrativa de Alagoas. O fato de ocupar um terceiro posto de confiança com o respaldo da elite provincial sugere não apenas a consolidação de sua influência política mas também a capacidade que ele teve de transitar entre diferentes conjunturas de poder.

O conceito de “cabedal revelador” indica que sua posição e credibilidade eram bem reconhecidas dentro dos círculos governamentais, reforçando sua inserção nas decisões estratégicas do período. A menção à “mudança de regime”, do domínio senhorial para as benesses do tenentismo, aponta para a capacidade de adaptação que Graciliano Ramos tinha frente às transformações políticas, o que demonstra sua habilidade de transitar entre distintas estruturas de poder sem comprometer sua trajetória administrativa. O respaldo da elite provincial e sua articulação entre diferentes grupos políticos indicam a presença de capital social e simbólico, facilitando sua permanência nos cargos de confiança. De acordo com Miceli (2016):

Entre os 35 e os 44 anos de idade, Graciliano desempenhou funções de nomeada no bojo do sistema oligárquico, justo o período de redação dos romances narrados na primeira pessoa, situados no ambiente interiorano em que se movia o autor e com o qual dá mostras sobejas de traquejo e astúcia. A sequência de lances de reconversão deslinda as estratégias ao alcance dos deserdados, capazes de contornar as ameaças de rebaixamento pela prestação de serviços políticos. Graciliano se valeu das condições favoráveis em que buscou realçar o prumo de mérito pela feitura de um microcosmo ficcional no qual se transmutam os tropeços de sua existência (Miceli, 2016, p. 151).

Após sua libertação da prisão em 1937¹, Graciliano Ramos continuou sua carreira intelectual ao ocupar cargos públicos, prevalecendo-se dos mecanismos de cooptação durante a gestão de Gustavo Capanema no Ministério da Educação, entre 1934 e 1945, como uma forma de sobrevivência. Seus valores e princípios impactaram a forma como a educação era gerida, influenciando políticas educacionais e diretrizes administrativas. Esse capital permitiu que ele defendesse determinadas políticas, sem necessariamente precisar de grande apoio econômico ou político, pois sua autoridade simbólica já lhe conferia peso nas decisões públicas até o momento em que foi considerado como subversivo demais para o governo.

¹ Esteve preso entre março de 1936 a janeiro de 1937. Graciliano Ramos, assim como outros intelectuais, funcionários públicos, sindicalistas ou qualquer sujeito que demonstrasse suspeita de envolvimento com o Partido Comunista, sofreu repressão política.

No âmbito das pesquisas em História da Educação, a relevância de Graciliano Ramos é também marcante, uma vez que os registros jornalísticos deixam vestígios significativos das práticas na educação alagoana para além do campo literário. As edições dos periódicos da época não apenas documentam suas ideias e atuação pública mas também refletem o diálogo entre cultura e política, evidenciando o impacto da imprensa na consolidação de sua trajetória e na circulação de suas concepções sobre educação e sociedade.

A imprensa adquire importância como fonte historiográfica e em muito contribui para se historiar as relações políticas expressas no pensamento educacional. No âmbito filosófico-epistemológico, a imprensa se faz num espaço privilegiado de disputa pela hegemonia nas sociedades ocidentais, mesmo porque o conhecimento é um dos ambientes onde se travam as disputas pela direção e dominação da formação econômica e social, tornando-se um instrumento de força material utilizada pelos que desejam a consolidação social (Pasquini; Toledo, 2014, p. 266, sic).

O desenvolvimento deste texto se ampara em recortes de jornais, nossa fonte de investigação, e se concentra na análise das relações e discursos, presentes nas ações de Graciliano Ramos, quando de sua atuação como Diretor da Instrução em Alagoas, abrangendo os anos de 1933 a 1936.

EDUCAÇÃO NA IMPRENSA COMO PAUTA DAS ESTRATÉGIAS POLÍTICAS EM ALAGOAS

Com o fito de destacar os trabalhos do seu partido político – o Partido Nacional de Alagoas, fundado em 1933 –, o interventor Francisco Affonso de Carvalho (1933-1934) apostou na divulgação das ações do governo por vias da imprensa. Conforme anunciou no dia 22 de fevereiro de 1933 no *Diário de Pernambuco*², Francisco Affonso de Carvalho queria, para a sua administração, uma equipe formada por alagoanos que pudessem ter o “aproveitamento de reais valores” e com o propósito de unir o “útil ao agradável”, como declara em entrevista. Com tal propósito, resolveu escolher, conforme suas palavras: “entre os alagoanos figuras de real mito para constituir o meu governo. E, penso que não poderia ter sido mais feliz na escolha dos meus principais auxiliares”, pois para “SER REVOLUCIONÁRIO NÃO É CREDENCIAL BASTANTE...” (grifo no original), e ainda complementa:

Para escolher esses elementos era preciso não ser intransigente. E seguir a exemplo das mais expressivas figuras da revolução. O general Valdomiro Lima, na organização do seu secretariado, escolheu entre os decaídos algumas figuras de valor como por exemplo o prefeito da grande capital sulista sr. Teodoro Ramos; o capitão João Alberto tem como seu oficial de gabinete, o sr. Luiz Peixoto, que prestou durante a campanha pró Julio Prestes relevantes serviços a esse político decaído; no entanto, é uma das mais brilhantes expressões intelectuais do Brasil; o capitão Juraci Magalhães chamou as fileiras do seu partido o sr. João Mangabeira.

É preciso esclarecer não ser de hoje que penso desta maneira, pois logo após a revolução, quando ainda tudo era agitação e fumaça, escrevi um livro intitulado Primeira bateria, fogo! Onde realcei o valor do sr. Otávio Mangabeira, com grande escândalo dos revolucionários de então.

Discordar dessa orientação é não ser justo e não ter largueza de vistas.

Aceitando como credencial bastante o fato de ser revolucionário, teria aproveitado como um dos meus auxiliares de governo, o cabo de minha bateria, que foi um revolucionário na expressão da palavra e se houver com bravura inexecedível na defesa da nossa causa.

² Para as divulgações das notícias alagoanas, o *Dário de Pernambuco* apresentava uma coluna intitulada “Alagoas (Serviço especial da Sucursal do <<Diário de Pernambuco>>, em Maceió), ou matérias com destaque para o momento político ou algo relacionado aos atos em louvor ao governo do Estado.

Divergindo dessa errônea orientação, **chamei para composição do meu secretariado elementos de destacado valor intelectual e moral, sem preocupação de origem partidária. E entre outros contam-se, na administração de Alagoas os srs. Graciliano Ramos, diretor da Instrução Pública; dr. Artur Jucá, chefe de polícia e Luiz Oiticica, 1º delegado da capital, todos figuras de elite, serenos e devotos á causa publica** (Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1933, p. 1, grifos nossos).

Com esta perspectiva, Francisco Affonso de Carvalho demonstrou a necessidade de abranger todos os grupos que sua administração atenderia. Para alcançar o seu objetivo, buscou o apoio da juventude e dos oradores das instituições locais, completando, assim, sua agremiação partidária, como ele mesmo ressaltou: “Ao lado da campanha pela imprensa, precisávamos realizar a campanha pela tribuna. Chamei ao nosso Partido a mocidade e os oradores” (Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1933, p. 10). Manifesta orgulhosamente a vantagem de contar com os mais “brilhantes oradores”, tal qual de uma mocidade digna e patriótica.

Em tom conclusivo, fala da “Política não como fim e sim como meio de administração”, porquanto tinha como objetivo patriótico realizar, em Alagoas, uma grande organização que comunicasse à União os seus interesses vitais e que constituísse a representatividade do povo alagoano. Francisco Affonso (ou Affonso) ainda reforçou: “Para tornar-se a minha atuação como chefe do governo preciso contar com o prestígio das forças ponderáveis desta terra, afim de que num ambiente de paz se possa processar o trabalho administrativo” (Diário de Pernambuco, 22 de fevereiro de 1933, p. 10). Conclui agradecendo aos então diretores do *Diário de Pernambuco*, José dos Anjos e Salvador Nigro, elencando-os como os maiores – em publicações no próprio Jornal – defensores das aspirações nordestinas.

A edição vespertina do *Jornal de Alagoas*, 1 de junho de 1933, publicou, em destaque, algumas personalidades que fizeram parte da administração do interventor capitão Affonso de Carvalho. Entre elas estão: Dr. Osman Loureiro (Secretário Geral do Estado), Dr. Miguel Guedes (Diretor do Departamento Municipal), Dr. Ezechias Rocha (Diretor da Diretoria de Saúde Pública) Graciliano Ramos (Diretor da Instrução Pública), Ten. Cel. Themístocles de Azevedo, Dr. Arthur Jucá (Chefe de Polícia) e Orlando Araújo (Prefeito da Capital).

Figura 1 – O quadro administrativo em Alagoas



Fonte: Jornal de Alagoas, 1 de junho de 1933. Arquivo Público de Alagoas.

Assim, ficaram estampados nas páginas do vespertino, conforme mostra a Figura 1, os principais sujeitos escolhidos pelo interventor para bem-fazer o seu governo. Destaca-se a imagem de Graciliano Ramos como representante da pasta da Educação em destaque na foto centralizada.

Estabelecida a composição do quadro administrativo do Interventor Affonso de Carvalho, percebe-se, dentro da lógica da dominação racional – conceituada por Max Weber (ano, 1999) –, aspectos associados à burocracia e ao carisma dos seus escolhidos. Para o sociólogo, esse tipo de quadro faz parte da vida quotidiana, pois a dominação – seja entre a burocracia e o carisma – é, sobretudo, cunhada na administração. A esse respeito, temos Graciliano Ramos como um funcionário nomeado pela confiança adquirida, conforme a notoriedade que conquistou no meio social do qual fez parte. *Pari passu* com os ensaios de uma sociedade nos moldes da *Belle Époque* brasileira e com os movimentos de modernização das pedagogias, compenetrando, junto com outros intelectuais, os bordões da causa da educação, o que ganhou repercussão nas páginas dos jornais, conforme matéria exposta na edição do dia 21 de janeiro de 1933, no *Jornal de Alagoas*.

NOTAS E FATOS

Algumas palavras justas

Uma das mais felizes escolhas do capitão Affonso de Carvalho para colaboradores de sua obra administrativa, foi de certo a do sr. Graciliano Ramos, actual director da Instrução Pública. Foi esta uma nomeação que causou em todos os nossos meios a mais agradável impressão das novas directrizes impostas ao governo de Alagoas.

Trazendo como um dos pontos capitães de seu programma **o estudo do nosso problema educacional**, o sr. Affonso de Carvalho escolheu, para cargo de imensa **responsabilidade intelectual, administrativa e moral** um cidadão parece que talhado para essas mesmas responsabilidades – o sr. Graciliano Ramos.

Aliás, dando-lhe posse ao cargo, em ligeiro discurso, e perante figuras do mundo oficial e amigos do director da Instrução, o sr. Interventor federal disse, com a sinceridade que lhe caracteriza as atitudes, que a sua nomeação para tão importante departamento de trabalho, **o sr. Graciliano Ramos não a devia a indicações de terceiros nem a apresentações de amigos: devia unicamente á projecção de sua personalidade e ás suas qualidades inegáveis de inteligência e caracter.**

Estas são palavras que, de publico, salientam a força e o brilhantismo de uma individualidade. No sr. Graciliano Ramos o capitão Affonso de Carvalho póde estar seguro de ter encontrado um homem á altura das responsabilidades com que o conhecemos de ha muito, podemos assegurar que o actual governo revolucionario de Alagoas achou um colaborador honesto, laborioso e inteligente, qualidade comprovadas em anteriores administrações em cargos públicos do Estado.

Figura impressionante da vanguarda intelectual do norte, o sr. Graciliano Ramos assume um posto, onde mais terreno tem para as suas invejáveis capacidades. Assim <<the right man in the right pleace>>... (Jornal de Alagoas. Sábado, 21 de janeiro de 1933, p.3. Grifos nossos).

O interventor Francisco Affonso de Carvalho buscou demonstrar, intensamente, o seu poder diante de um contexto político efervescente e passou a fiscalizar, junto com os secretários, os grupos escolares das regiões. Como parte de uma estratégia de legitimação política e de aproximação com as camadas populares bem como de um alinhamento com os ideais do governo Vargas, as visitas oficiais passaram a ser amplamente divulgadas pelo *Jornal de Alagoas*, funcionando como instrumento de propaganda e construção de imagem pública. Quanto a isso, Sena (2014, p. 268) ressalta, em suas pesquisas na imprensa do século XIX, que “pelos páginas dos jornais, os leitores tomavam conhecimento dos baixos salários dos professores, dos castigos aplicados aos alunos pelos professores, do funcionamento da escola na casa de professor, entre outras informações”. Embora a publicação em jornais fosse uma prática adotada por muitos políticos do século XIX para divulgar a situação da Instrução Pública, essa conduta continuou a ser utilizada ainda no século XX.

O primeiro semestre de 1933 foi marcado por um esforço de reorganização e levantamento das necessidades estruturais do Estado, especialmente nas áreas de educação e saúde. Para tanto, o Interventor elaborou um plano de serviços que exigiu a abertura de crédito especial no valor de 2.000 contos de réis³ (equivalente a aproximadamente R\$ 20 milhões em valores atuais.), para ser aplicado em serviços para melhoramentos estruturais na capital e no interior:

PROPOSTA N.1

Renda disponível orçada para 1933: Rs. 5. 398:000\$000

AMORTISAÇÕES PRESUMÍVEIS – 5% da renda disponível

1933 113:850\$000

1934 269:450\$000

1935 269:450\$000

1936 269:450\$000

1937 269:450\$000

1938 269:450\$000

1939 269:450\$000

1940 269:450\$000

2.000:000\$000

Gabinete do ministro da Fazenda. – 109 Gabinete. – Rio de Janeiro, 31 de março de 1933. – Exmo. Sr. Affonso de Carvalho, m. d. interventor no Estado de Alagoas.

Em resposta ao seu officio sem numero, de hoje, em que o governo desse Estado propõe aplicar a quantia de 2. 000:000\$000 em serviços de saúde pública e **instrução**, crédito agrícola e com especção, crédito agrícola e com especialidade em obras de saneamento e prophylaxia rural; abastecimento d’água e esgotos da capital; construcção **de escolas públicas**, do Hospício e da Penitenciária do Estado e outras obras de imediata necessidade collectiva, quantia essa deduzida dos 3.000:000\$000 de fundos que se encontram no Banco do Brasil, destinada ao serviço da dívida externa, ora paralyzado, cabe-me comunicar-lhe que nada tenho a oppôr e dou pleno assentimento á referida operação.

Valho-me da oportunidade para reiterar-lhe os meus protestos de apreço e consideração. Oswaldo Aranha (Jornal de Alagoas, 21 de junho de 1933, p. 1 – Ano 26, n. 137, grifos nossos).

O Interventor e os seus secretários realizaram viagens de inspeção para o interior do Estado, com o objetivo de obter conhecimento e fazer ordenamentos para a melhoria da indústria, urbanismo e educação. Visitou os grupos e as casas escolares existentes. Essas visitas também eram divulgadas nos jornais, como meio de informar a população sobre o trabalho do governo na área da Educação, conforme se lê nas notícias publicadas, em sequência, no *Jornal de Alagoas* no ano de 1933, a saber: “Asylo Bom Pastor”, no dia 31 de janeiro de 1933; “O chefe do governo visita os grupos escolares da capital”, no dia 18 de junho de 1933; “Novas visitas do chefe do governo do Estado”, no dia 20 de junho de 1933. Em 9 de julho de 1933, o referido jornal também publicou a Reforma da Instrução sob o Decreto 1.800, de 6 de julho de 1933, que determinava a reorganização do quadro do professorado primário.

Em 5 de setembro de 1933, o *Jornal de Alagoas* publicou uma cobertura sobre a visita da comitiva do chefe supremo da Revolução ao Estado de Alagoas, destacando os discursos proferidos, tanto após o almoço ocorrido em uma das paradas da comitiva na região de Fernão Velho, quanto

³ À luz da estrutura monetária vigente na década de 1930, observa-se que um conto de réis equivalia a um milhão de réis, representando, portanto, uma cifra expressiva no contexto dos orçamentos públicos estaduais. Partindo desse referencial, é possível estimar que os recursos financeiros destinados à Diretoria de Instrução Pública permitiriam manter o titular do cargo em exercício por um intervalo aproximado de dez a quinze anos, desde que prevalecessem condições de estabilidade política e continuidade administrativa.

durante o banquete oficial realizado em Maceió. Na ocasião, o Interventor federal em Alagoas, em pronunciamento solene, enfatizou as principais realizações de sua administração, abordando temas relacionados à infraestrutura, saúde, finanças públicas e educação. A seguir, apresentam-se as considerações específicas relativas à Instrução Pública, conforme registradas em sua alocução e publicadas pelo referido periódico.

INSTRUÇÃO PÚBLICA

Veio a Revolução impulsionar sobremaneira o problema da educação nacional. A instrução pública, de acordo com reiteradas recomendações do Governo Federal, não poderia deixar de despertar a mais carinhosa atenção por parte da Interventoria do Estado. Foram nesse sentido tomadas as mais serias providências e a estatística do primeiro semestre deste ano é uma prova insofismável do progresso da instrução pública em Alagoas e uma resposta aos que pilheriam com a opinião pública, transmitindo-lhes notícias fantasiosas.

O primeiro semestre de 1933 acusou uma matrícula de 15.630 alunos, o que quer dizer, 745 mais que em todo o ano passado e uma frequência de 10.278 alunos, o que equivale á frequência dos dois semestres de 1932, menos 1.007 alunos. Determinou ainda a Directoria de Instrução o serviço de fiscalização do ensino; creou as Juntas Escolares nas sedes municipais, onde existem escolas agrupadas; determinou a seleção do professorado; exigiu o estagio obrigatorio das professoras no interior logo após a sua formatura; determinou a criação da Escola Normal de Penedo; a construção de novos grupos escolares em Pão de Assucar, Atalaia, Murici, a reforma do de Penedo e a conclusão do de Pedra. Creou ainda a Instrução Publica a Escola Profissional Feminina de Maceió e oficializou a Faculdade de Direito desta Capital, cujo edifício deverá ser iniciado na próxima semana e servirá de cupola ao edifício da instrução pública no Estado. Não somente se preocupou a Directoria de Instrução com a parte didática; tem igualmente distribuído roupa e calçado aos alunos e só ao grupo Diégues Junior, fez por ultimo uma distribuição de 400 fardamentos e pares de calçados (Jornal de Alagoas, 5 de setembro de 1933, p. 3).

Ao atentar para o discurso do interventor, tem-se a sua ordem para que houvesse a facilidade ao processo de matrículas, assim como assegurar “o fornecimento de roupa, calçado e lunch ás creanças pobres”. Aqui cabe uma observação em relação ao que é publicado a respeito desses tópicos. Ao abordar a questão da merenda escolar, Farhat (1975) coloca Graciliano Ramos como o precursor da alimentação para as crianças pobres que frequentavam as escolas alagoanas, destacando que:

Houve, no entanto, um brasileiro desajeitado demais para ser um conformista ou para falar por metáforas e desconversas, que literalmente entornou o assunto em praça pública: recusou-se a cumprir ordens para abrir novas escolas no interior de seu Estado – Ele era secretário de Educação – alegando que as já existentes logo se esvaziavam, mal se iniciava o período letivo de cada ano.

O governador queria mais escolas para poder cumprir compromissos de nomeações de novas professoras. Mas o secretário Graciliano Ramos, apesar de escritor, não conseguia entender aquela tradução que se queria dar para o problema. Foi demitido (Farhat, 1975, p. 135).

Farhat (1975, p. 135) ainda ressalta que Graciliano Ramos declarou aos amigos (não mencionados) a sua preocupação com esse assunto polêmico: “Cansei de receber relatórios contando como os bichinhos desmaiavam de fome nas escolas das zonas mais pobres. Tinha era que fazer cozinhas. Mas os políticos queriam outras escolas, mesmo que também ficassem vazias”. Essa declaração é uma demonstração do papel que ele desempenhava e até onde ele podia chegar, dadas as limitações de sua função. É importante destacar que a preocupação com a alimentação escolar em Alagoas não se originou na década de 1930. Evidências dessa preocupação já podem ser observadas anteriormente, especialmente nas estatísticas de evasão escolar dos alunos das Escolas

de Aprendizes Artífices (1909 a 1930), conforme aponta Lima (2020), instituições que tinham como finalidade a formação profissional de meninos oriundos de famílias muito pobres.

Os discursos das demandas por acesso à educação não se limitavam aos círculos intelectuais, mas também partiam das famílias – os jornais e as correspondências enviadas à direção do *Jornal de Alagoas* e ao diretor do Lyceu Alagoano demonstram essas solicitações, especialmente no que diz respeito à construção de escolas no interior do Estado. Além disso, houve apelos dirigidos ao diretor da Instrução Pública para que fossem disponibilizados auxílios aos estudantes em situação de vulnerabilidade, particularmente para a aquisição do fardamento escolar, essencial para garantir a inclusão e a permanência dos alunos no ambiente educacional. Exemplo dessa situação aparece em uma carta datada 31 de março de 1933, publicada no *Jornal de Alagoas* no dia 2 de abril de 1933:

Figura 2 – Carta pública às Diretorias



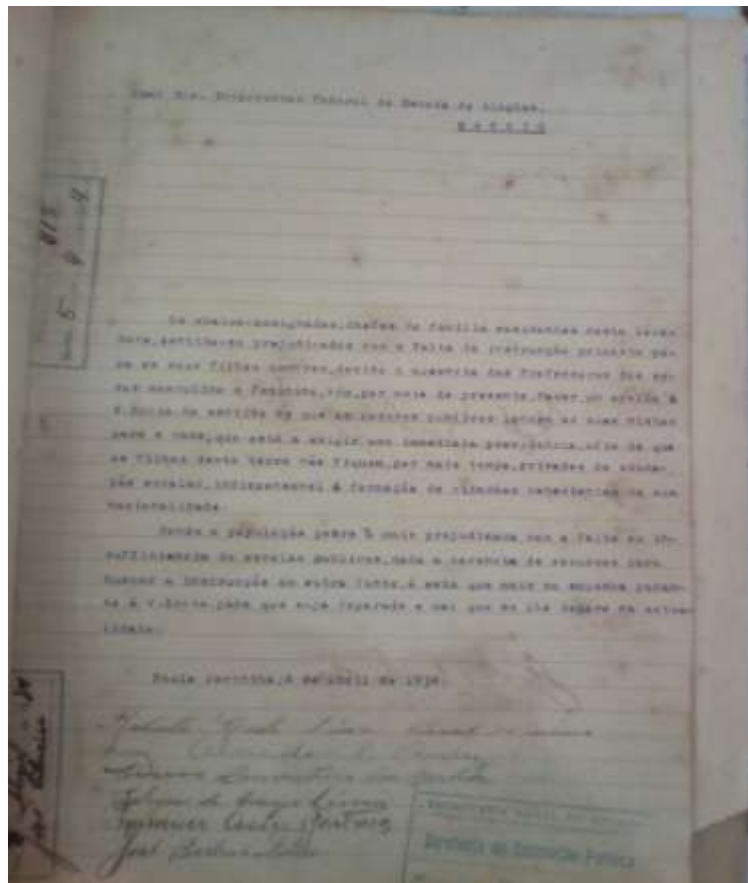
Fonte: *Jornal de Alagoas*, 1933.
 Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

A carta mencionada antecedeu a publicação de um ofício (27 de junho de 1933) do Interventor direcionado ao Diretor da Instrução Pública, no qual ficava claro o público atendido pelas escolas públicas da capital. O remetente, identificado como “Pais de famílias, pobres”, apelava aos diretores supracitados para que considerassem, especialmente, as famílias mais necessitadas.

Em 1934, as reivindicações por melhorias na Educação permaneceram constantes. Nesse contexto, 47 moradores do município de Paulo Jacinto, situado no agreste alagoano, encaminharam um abaixo-assinado ao Interventor Federal, solicitando a construção de escolas para seus filhos e filhas. No documento, destacavam a urgência da demanda e enfatizavam o impacto negativo da carência educacional sobre a população mais vulnerável: “Sendo a população pobre a mais prejudicada com a falta ou insuficiência de escolas publicas, dada a carencia de recursos para buscar a instrucção em outra fonte, é esta que mais se empenha perante a v. Excia. para que seja reparado o mal que se lhe deprece na atualidade”. Esse abaixo-assinado evidencia a preocupação

das famílias com o acesso à educação, revelando que a demanda por infraestrutura escolar não se restringia às elites intelectuais, mas representava também uma necessidade concreta das populações do interior.

Figura 3 – Abaixo-assinado endereçado ao Interventor Federal do Estado de Alagoas



Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Caixa 5099.

Seis dias depois do envio do abaixo-assinado, o Diretor da Instrução Pública, Graciliano Ramos, respondeu:

Sobre o appello que fazem no presente documento os habitantes do povoado de Paulo Jacinto, município de São Lourenço, esta diretoria informa que a professora pública de 1ª classe, da cadeira do sexo masculino daquela localidade D. Marcia Prestes de Oliveira, obteve por despacho do governo de 15 de março proximo findo, 90 dias de licença para tratamento de sua saúde e a aluna-mestra D. Ruth Martins Duarte que foi nomeada para reger a cadeira do sexo feminino, vaga, da mesma localidade, por ato do governo, de 21 de mês proximo passado, ainda não excedeu o prazo para assumir o exercício de sua cadeira.

Observa-se que a resposta de Graciliano Ramos utiliza uma linguagem administrativa, do que também se pode supor que o texto poderia ter sido redigido por um subordinado, ao explicar a situação das professoras e esclarecer o motivo pelo qual a questão levantada pelos habitantes ainda não fora solucionada. Nesta nossa investigação, não foi possível localizar nenhum documento oficial que comprovasse a efetiva resolução da solicitação apresentada pelos pais de família.

A análise dessas distintas narrativas evidencia divergências entre os conteúdos veiculados nos periódicos e os registros memorialísticos disponíveis. Segundo o biógrafo Moraes (2012), Graciliano Ramos estava inquieto com as relações políticas locais. Enquanto os governantes

municipais priorizavam a construção de novas escolas, ele insistia na necessidade de reformar as já existentes, buscando proporcionar maior conforto às crianças matriculadas. Moraes (2012) destaca que Graciliano Ramos foi um administrador público atento, não hesitando em expor as condições estruturais precárias das escolas alagoanas. Em consequência disso e ao denunciar o abandono de uma escola periférica, ele acabou criando uma situação desconfortável com o Interventor Federal. Segundo Moraes (2012, p. 92), “As carências ainda existentes desagradaram a Affonso de Carvalho”, continua: “– O Senhor me traz aqui para ver essa miséria toda? Graciliano retrucou: – É o que tenho para mostrar”.

A GREVE DAS NORMALISTAS E OS CONFLITOS NO GOVERNO

Durante a administração de Graciliano Ramos, ocorreu a greve das Normalistas. Em um contexto político marcado por conflitos – reorganização partidária, o crescimento do Integralismo na capital e interior, disputas políticas, as tensões entre autonomia local e controle federal, reforma Constitucional em âmbito nacional –, a greve das Normalistas conferiu visibilidade à resistência feminina diante das imposições do novo governo alagoano. Os jornais *O Semeador* (1913 – ainda em circulação), *O Diário de Maceió* (1921 a 1933) e *O Jornal de Alagoas* (1908-1933) registraram o evento em suas publicações, cada qual alinhado à defesa de perspectivas distintas sobre a questão. A Diretoria da Instrução Pública abriu um inquérito para apurar a situação do movimento grevista.

Figura 4 – Inquérito – Greve das Normalistas em Maceió – 1934



Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Caixa 4975.

A discordância entre o verde ou o azul para a cor do uniforme ocasionou a sua suspensão por 60 dias da função de do Diretor da Escola Normal – Manoel Viana de Vasconcelos – e a greve de parte das normalistas resultou em abertura de inquérito. As envolvidas foram prestar depoimento, e o caso circulou por vários departamentos da Secretaria e Diretoria da Instrução Pública e da interventoria federal. O Diretor, Manoel Viana de Vasconcelos, sentindo-se injustiçado, escreveu um texto queixando de sua demissão, datado de 7 de março de 1934 que foi publicado no jornal

Diário de Maceió, no dia 18 de março de 1934. O caso do inquérito sobre a greve seguiu até o mês de maio do mesmo ano.

Sobre o caso, Graciliano Ramos e o secretário Sidronio Augusto responderam que “[...] esta repartição [está] desautorizada para se pronunciar sobre o mérito de uma pena disciplinar cuja aplicação, no silêncio das leis em vigor, independe de sua audiência e parecer”.

Figura 5 – O caso do Diretor da Escola Normal, Manoel Viana de Vasconcelos



Informação

Manoel Vianna de Vasconcellos, lente de matemática da Escola Normal, pede reconsideração do acto que o suspendeu por 60 dias, das funções de seu cargo com perda total dos seus vencimentos.

Tendo sido o acto cuja reparação ora se impetra, emanado directamente do Governo, no uso de uma de suas prerrogativas, em virtude de haver este entendido que envolviam censura a actos de sua competência, os termos d um officio expedido pelo requerente em 7 de Março do corrente anno aos lentes da Escola Normal, sente-se por isso esta Repartição desautorizada para se pronunciar sobre o mérito de uma pena disciplinar cuja aplicação, no silencio das leis em vigor, independe de sua audiência e parecer.

Secretaria da Directoria da Instrucção Publica em Maceió, 9 de Maio de 1934.

Fonte: Arquivo Público de Alagoas. Caixa 4975.

Sentindo-se injustiçado pelas acusações recebidas, o senhor Manoel Viana de Vasconcelos optou por tornar pública sua defesa, buscando esclarecer os fatos e preservar sua reputação.

Chegou a Minha Vez

Falaram as alunas. Falou sobre a côr verde. O sr. Director da Instrução Publica. Falou a Portaria n. 34. Eu agora vou falar.

Preliminarmente, vou citar o n. 19, do artigo 283, do decreto 1623, de 10 de Março de 1932, ora em vigor. Ao diretor (da Escola Normal) incube, - ‘Determinar o uniforme e o distintivo das normalistas’.

Baseando me neste dispositivo regularmentar resolvi, em Outubro ultimo, modificar o uniforme das normalistas. Atendendo que o vestido que usavam era, sob certos pontos de vista, criticável; assim, não havia uniformidade nem na cor e nem no modelo, e mais, a côr azul marinho absorvendo grande quantidade de raios solares, torna o vestuário quente para o nosso clima. Coloquei, (parte do papel danificada) em Outubro, um aviso para as alunas, externando o pensamento da diretoria e entreguei á Inspecora de alunas. D. Julieta Vilbor, o critério da escolha da côr e modelo, dizendo-lhe, sem imposição, que a “côr verde” para a saia e a “blusa branca seriam, ao meu vêr, as mais aconselhadas”.

Assentado que foi o novo padrão para o fardamento a própria Inspecora entendeu se com A Brasileira para providenciar a vinda da fazenda e evitar assim (palavra ilegível) ao início do ano letivo. (palavra ilegível) na praça de Maceió a fazenda escolar.

No dia 6 de março sou chamado pelo Secretário Geral, e por engano, vou ter ao Gabinete do Interventor.

Lá, com todo cavalheirismo, o Capitão Temistocles me disse que estava disposto a sustentar os atos do seu colega de farda.

Pelo que, eu lhe respondi, que se soubesse de tal, não haveria colocado a minha Portaria e, sim, lhe entregaria o meu pedido de demissão; o que fiz nessa ocasião verbalmente.

Não quiz no entanto me dar a demissão solicitada e (o próprio Interventor) sugeriu me uma licença. Como se vê, longe do sr. Capitão Temistocles de Azevedo pensar em me censurar por Portaria (por ter transgredido a Portaria do Dr. Jugurta), opinou por uma licença.

Fiquei de voltar no dia seguinte.

No dia seguinte, sustentando ainda o meu ponto de vista, perante o Interventor, o Secretario Geral e o Diretor da Instrução Publica, apresentei o seguinte pedido de demissão:

“Ilmo. Sr. Interventor Federal, interino.

Manoel Viana de Vasconcelos, diretor da Escola Normal, nomeado em 6 de Março de 1933, por indicação unanime da Congregação da Escola Normal, divergindo de um ponto de vista administrativo da direção suprema do Estado, e querendo evitar que, desse modo diferente de pensar, possa advir prejuízo para a Instrução Normal do Estado, do qual é o requerente um esforçado e pequeno talvez, colaborador, requer a V. Excia. que se digne conceder-lhe demissão do cargo de Diretor da Escola Normal de Maceió, que há um ano, precisamente, vem exercendo. Nestes termos. Pede deferimento.

Se eu me licenciasse não haveria transgressão. Eu não entendo nada disso.

A outra justificativa para minha suspensão foi a PSEUDA Portaria Circular que baixei aos Srs. Lentes censurando atos do Governo.

Alias, depois da nota que publiquei no dia 16, no “Semeador”, saiu uma correção no “Diario Oficial”.

A minha Circular não foi mais do que uma satisfação aos srs. Lentes, que me indicaram com unanimidade de votos para diretor daquele Instituto. Eu tinha de dar, naturalmente, o motivo que me levou ao afastamento do cargo, que fiz com o seguinte officio (que poderia ser feito em Congregação, verbalmente, em bilhetes, em recados etc., achei porem mais comodo ser por officio]:

Circular.

Aos srs. Lentes.

Acabo de solicitar ao Interventor Federal minha demissão do cargo de diretor da Escola Normal de Alagoas em virtude de não compreender, ser de ordem administrativa, a intromissão de atos do Governo (por Portarias) nas atribuições regulamentares de diretor da Escola Normal.

Cumpra-me pois, agradecer-vos penhorado as deferências que me dispensastes durante o período que funcionei como diretor desta casa de ensino.

Deixo tambem, aqui, toda minha gratidão pela colaboração eficiente e inteligente que emprestastes ao ensino Normal do nosso Estado servindo assim, simultaneamente, para prestigiar a minha ação na diretoria deste Estabelecimento.

Paz e prosperidade.

Maceió, 7/3/934.

Manuel Viana de Vasconcelos.

O pronunciamento de Manoel Viana de Vasconcelos, ao justificar sua suspensão da direção da Escola Normal de Alagoas em 1934, revela um embate entre a autonomia institucional da educação e a crescente centralização política do Estado durante o Governo Vargas. Fundamentado em dispositivos legais e respaldado pela comunidade escolar, o Diretor tentou exercer sua autoridade administrativa de forma legítima, mas encontrou resistência por parte do governo interventor, que interpretou suas ações como afronta à hierarquia política. O episódio ilustra como decisões aparentemente técnicas – como a escolha de um uniforme – podiam adquirir contornos políticos em um contexto de vigilância ideológica e controle simbólico. A reação do governo, a

mediação pela imprensa e a resposta institucional do Diretor compõem um quadro revelador das tensões entre educação, poder e discurso, no Brasil dos anos 1930.

No dia 15 de março de 1934, o jornal *O Semeador* saiu em defesa das Normalistas, conforme se lê no texto:

Pela Escola Normal

Não tendo ainda sido resolvido o caso das nossas patrícias alumnas da nossa Escola Normal, conforme noticiam os nossos colegas de imprensa, continuam em greve as futuras preceptoras. Hoje estiveram em nossa redacção para a afirmativa da continuação de sua atitude.

Convimos que as nossas patrícias se batem em face de um ponto de vista que lhes parece justo e não duvidamos dadas as qualidades que ornaram o jovem director demissionário. Reparámos entretanto que as nossas jovens patrícias no ardor da mocidade talvez e excitação do momento não puderam guardar a calma precisa conforme lemos no nosso collega <<Jornal de Alagoas. Perdoem-nos o nosso reparo. Aconselharíamos que permanecessem nos seus lares uma vez não solucionado o caso até que os poderes competentes tomando conhecimento do mesmo, deem a solução patriótica e digna da autoridade que exercem.

Mais ainda somos de parecer que uma comissão de alumnas representantes de cada anno assumisse a direcção dos trabalhos e com esta fidalguia e discrecção de jovens, pleiteasse a solução de sua causa.

Confiamos que o ilustre moço que interinamente enfeicha nas suas mãos os destinos desta gloriosa terra, não permitirá que as suas jovens filhas sejam decepcionadas e prejudicadas nos seus estudos. Estamos certos de o exmo sr. Capitão Themistocles de Azevedo para quem apelamos, com o seu critério e compreensão justa das suas responsabilidades de homem de governo, saberá resolver o impasse. As nossas patrícias aguardem a solução, calmas e confiantes (O Semeador, 2 de fevereiro de 1934, n. 24, p. 3).

As páginas dos jornais exibiram as tensões entre a administração pública e o movimento das Normalistas. O jornal, conservador, transmitiu sua mensagem em tom conciliador e paternalista, característico dos discursos dirigidos às mulheres no período, reforçando a ideia de que deveriam aguardar, passivamente, a intervenção das autoridades.

Além disso, a proposta de uma comissão de representantes entre as alunas sugere um modelo de negociação mais moderado, enfatizando a fidalguia e discricção como qualidades esperadas das jovens manifestantes. Essa postura revela uma concepção de ordem e autoridade que busca minimizar o impacto político do movimento, ao mesmo tempo que reconhece sua legitimidade como reivindicação estudantil.

O apelo direto às figuras do Governo, especialmente ao Capitão Themistocles de Azevedo, indica uma confiança na solução institucional do impasse, reforçando a perspectiva de que o Estado deveria garantir a continuidade dos estudos das normalistas. Essa mesma confiança, no entanto, pode ser interpretada como uma forma de desmobilização do movimento, ao encorajar uma postura de paciência e espera. Observa-se, também, que a defesa da greve das Normalistas abraçada pelo jornal *O Semeador* (1934) se expande para um debate mais amplo sobre gênero, política e educação, oferecendo uma visão sobre a forma como a imprensa lidava com manifestações femininas em períodos de transformação política.

O fim da greve foi anunciado pelo jornal *O Semeador*, no dia 16 de março de 1934, na página 3:

Pela Escola Normal

As nossas patrícias alumnas da Escola Normal, numa atitude de acatamento ao seu digno director demitido, resolveram voltar às aulas conforme se lê do boletim hoje espalhado pela nossa Capital que recebemos e com nossos applausos transcrevemos.

ALAGOANOS!!

Atendendo o pedido que nos foi dirigido pelo nosso Ex Diretor dr. Manoel Vasconcellos, por intermédio dos jornais << Diário de Maceió>> e <<Jornal de Alagoas>>, nós, as normalistas de Alagoas, resolvemos suspender a greve por nós há três dias declarada.

Voltaremos a frequentar as aulas debaixo da disciplina imposta pelo regulamento da escola, e dada á interinidade do atual momento político das Alagoas, esperamos confiantes a chegada do novo interventor junto do qual voltaremos a pleitear a nossa justa e inabalável pretenção.

--N. B. – Greve suspensa não quer dizer greve fracassada.

A suspensão da greve das Normalistas de Alagoas, anunciada em março de 1934, não representou o enfraquecimento do movimento, mas sim uma estratégia de reposicionamento diante do cenário político instável. O gesto de respeito ao diretor suspenso temporariamente Manoel Vasconcelos, aliado à expectativa de diálogo com o novo Interventor, revela a maturidade política das estudantes e sua capacidade de articulação. O episódio evidencia o protagonismo feminino no campo educacional e a utilização da imprensa como instrumento de legitimação e mobilização, inserindo-se nas disputas simbólicas e institucionais que marcaram a Educação durante o governo Vargas.

CONCLUSÃO

Nas fontes utilizadas para a construção deste texto, observou-se uma disputa de narrativas em torno da criação das escolas, do aumento do número de matrículas e do movimento de greve das Normalistas. Valendo-se dos jornais, a gestão da época publicou matérias para enaltecer seus representantes e favorecer o governo ao qual Graciliano Ramos estava vinculado. Nesse contexto, a Instrução Pública emergia como uma peça central nas agendas políticas local e nacional.

Nomeado em 1933, Graciliano Ramos assumiu a direção da Instrução Pública durante um período de reformas educacionais alinhadas ao projeto de centralização do Governo Vargas. De início, trabalhou sob a intervenção de Francisco Affonso de Carvalho. A partir de 1934, este foi substituído por Osman Loureiro, o qual, como Interventor em atuação, esperava que a gestão de Graciliano Ramos estivesse em sintonia com as diretrizes federais; este, porém, ia em direção adversa, assumindo uma visão crítica sobre o sistema educacional e a burocracia estatal.

Durante o período em que esteve à frente da Instrução Pública em Alagoas, houve um esforço de Graciliano para expandir o acesso à educação, especialmente para a população trabalhadora. Ainda assim, a autonomia local era limitada devido à centralização federal, que influenciava decisões sobre infraestrutura escolar, contratação de professores e conteúdos curriculares,

Interventor de Alagoas entre 1934 e 1935 e, posteriormente, entre 1937 e 1940, Osman Loureiro concentrou sua gestão na melhoria da infraestrutura estadual, o que incluiu a construção de escolas e hospitais, mas sem priorizar investimentos na alimentação escolar. Isso pode ser explicado por fatores como a priorização da estrutura física das unidades escolares, a limitação de recursos econômicos do estado e o modelo centralizador do Governo Vargas, que distribuía investimentos conforme interesses estratégicos, privilegiando regiões mais influentes politicamente. Além disso, as demandas por investimentos em setores como saúde pública e infraestrutura urbana podem ter desviado a atenção das políticas de nutrição escolar.

A relação entre Osman Loureiro e Graciliano Ramos, Diretor da Instrução Pública, em Alagoas foi fortemente influenciada pelo caráter centralizador do Governo Vargas. O Interventor tinha o papel de garantir que as escolas estaduais estivessem alinhadas às diretrizes federais, exigindo colaboração estreita com o responsável pela Educação no Estado. Entre os principais aspectos dessa relação, destacam-se a adaptação das escolas às políticas nacionais, enfatizando

valores como disciplina e nacionalismo, a expansão da infraestrutura educacional e a formação de professores, além do controle ideológico do ensino, que buscava moldar currículos para reforçar o sentimento nacionalista e a valorização do trabalho. A limitação de recursos impôs desafios financeiros e administrativos, afetando investimentos na alimentação escolar e no fornecimento de materiais didáticos.

Ao finalizar, por enquanto, nossas discussões, entendemos que, ao revelar o papel da alimentação escolar, da infraestrutura e da formação docente no centro dessas políticas, este estudo contribui para uma leitura crítica das práticas educacionais e suas implicações sociais, especialmente para as camadas populares em Alagoas, oferecendo subsídios para o entendimento histórico das reformas e continuidades no sistema educativo brasileiro.

Contribuições dos Autores: Santos, A. M.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual; Silva, F. S.: concepção e desenho, aquisição de dados, análise e interpretação dos dados, redação do artigo, revisão crítica relevante do conteúdo intelectual. As autoras leram e aprovaram a versão final do manuscrito.

Aprovação Ética: Não aplicável.

Agradecimentos: Não aplicável.

REFERÊNCIAS

Diário de Maceió (1934). Agora chegou a minha vez. Maceió, 18 de março.

Diário de Pernambuco (1933). Alagoas. 22 de fevereiro.

Farhat, E. (1975). Educação, a nova ideologia. 2. ed. São Paulo: Companhia Editora Nacional.

Jornal de Alagoas (1933). Carta à direção. N. 76. Maceió, 2 de abril. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). Boletim Commercial. N. 74 – Ano 26, Maceió, 31 de março. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). Asylo Bom Pastor. 31 de janeiro. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). O chefe do governo visita os grupos escolares da capital. 18 de junho. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). Novas visitas do chefe do governo do Estado. 20 de junho. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). O interventor visitas escolas. 22 de outubro. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). O discurso proferido pelo Interventor Affonso de Carvalho no banquete oficial. 5 de setembro. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). A visita do Chefe Supremo da Revolução a Alagoas. 5 de setembro. Arquivo Público de Alagoas.

Jornal de Alagoas (1933). Grandes melhoramentos na capital e no interior. Ano 26, n. 137. 21 de junho. Arquivo Público de Alagoas.

Lima, M. dos S. (2020). A Escola de Aprendizes Artífices de Alagoas: Ensino profissional primário público (1909-1930). Dissertação (Mestrado em Educação). Centro de Educação, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa. Disponível em: <https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19896>.

Miceli, S. (2016). Ficções de poder e sexo em Graciliano. *Novos Estudos CEBRAP*, 35(3) 149-155. <https://doi.org/10.25091/S0101-3300201600030008>

O Semeador (1934). Pela Escola Normal. Anno XXI – Num 24. Sexta-feira, 2 de fevereiro, p. 3. Maceió, Alagoas, Brasil.

O Semeador (1934). A greve das normalistas: A suspensão do dr. Manoel Vasconcellos. Anno XXI – Num 57. Sexta-feira, 16 de março, p. 1. Maceió, Alagoas, Brasil.

O Semeador (1934). Pela Escola Normal. Anno XXI – Num 57. Sexta-feira, 16 de março, p. 3. Maceió, Alagoas, Brasil.

O Semeador (1934). Pela Escola Normal. Anno XXI – Num 58. Sábado, 17 de março, p. 1. Maceió, Alagoas, Brasil.

O Semeador (1934). Anúncio de venda de fazenda na cor verde. 2 de fevereiro. Instituto Histórico e Geográfico de Alagoas.

Sena, F. (2014). “Ao Diretor do Lyceu”: Cartas no Jornal sobre o Ensino Secundário Paraibano. *Cadernos de História da Educação*, 13(1), 1-16. <https://doi.org/10.14393/che-v13n1-2014-16>.

Weber, M. (1999). *Economia e sociedade: fundamentos da sociologia compreensiva*. Tradução de Regis Barbosa e Karen Elsabe Barbosa; Revisão técnica de Gabriel Cohn. Brasília, DF: Editora Universidade de Brasília: São Paulo: Imprensa Oficial do Estado de São Paulo.

Recebido: 16 de agosto de 2025 | **Aceito:** 22 de outubro de 2025 | **Publicado:** 26 de dezembro de 2025



This is an Open Access article distributed under the terms of the Creative Commons Attribution License, which permits unrestricted use, distribution, and reproduction in any medium, provided the original work is properly cited.